



Mais Saúde para seu Município

PLANEJAMENTO



Segurança alimentar
e nutricional

Desenvolvimento
das cidades

A contribuição
do nutricionista



Esta é uma publicação do **Sistema Conselhos Federal e Regionais de Nutricionistas** dirigida aos prefeitos e gestores das diferentes secretarias municipais.

O trabalho foi idealizado pelo **Conselho Regional de Nutricionistas da 4ª Região** na **Gestão Integrando Ações 2004/2007**, em parceria com a Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) e Universidade Federal Fluminense (UFF). As cartilhas foram cedidas pela **Gestão Articulação e Atitude 2010/2013** ao Sistema CFN/CRN.

Neste caderno, apresentamos uma proposta de planejamento em Segurança Alimentar e Nutricional, como subsídio para a criação e implantação desta política no município.

Índice

7 Planejamento em SAN

- Subsídio para a atuação do nutricionista

- *Diagnóstico*
- *Objetivos e ações*
- *Plano municipal de SAN*

15 Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil

- Principais problemas, programas e ações

- *Programas e ações*
- *Abastecimento, comercialização e acesso*
- *Experiências municipais*
- *Preparo e consumo*

28 Educação alimentar e nutricional

- Ações de educação em saúde e nutrição sob a ótica de SAN

- *Reforço da ação comunitária*

31 Promoção da Alimentação Saudável e Adequada

- Programas públicos destinados aos escolares e trabalhadores

- *Vertentes de ação*
- *Hortas escolares*



- 34** Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional
 - Monitoramento de dados para o planejamento de intervenções

- 36** Iniciativas estaduais e municipais
 - Importantes ações no campo da Segurança Alimentar e Nutricional

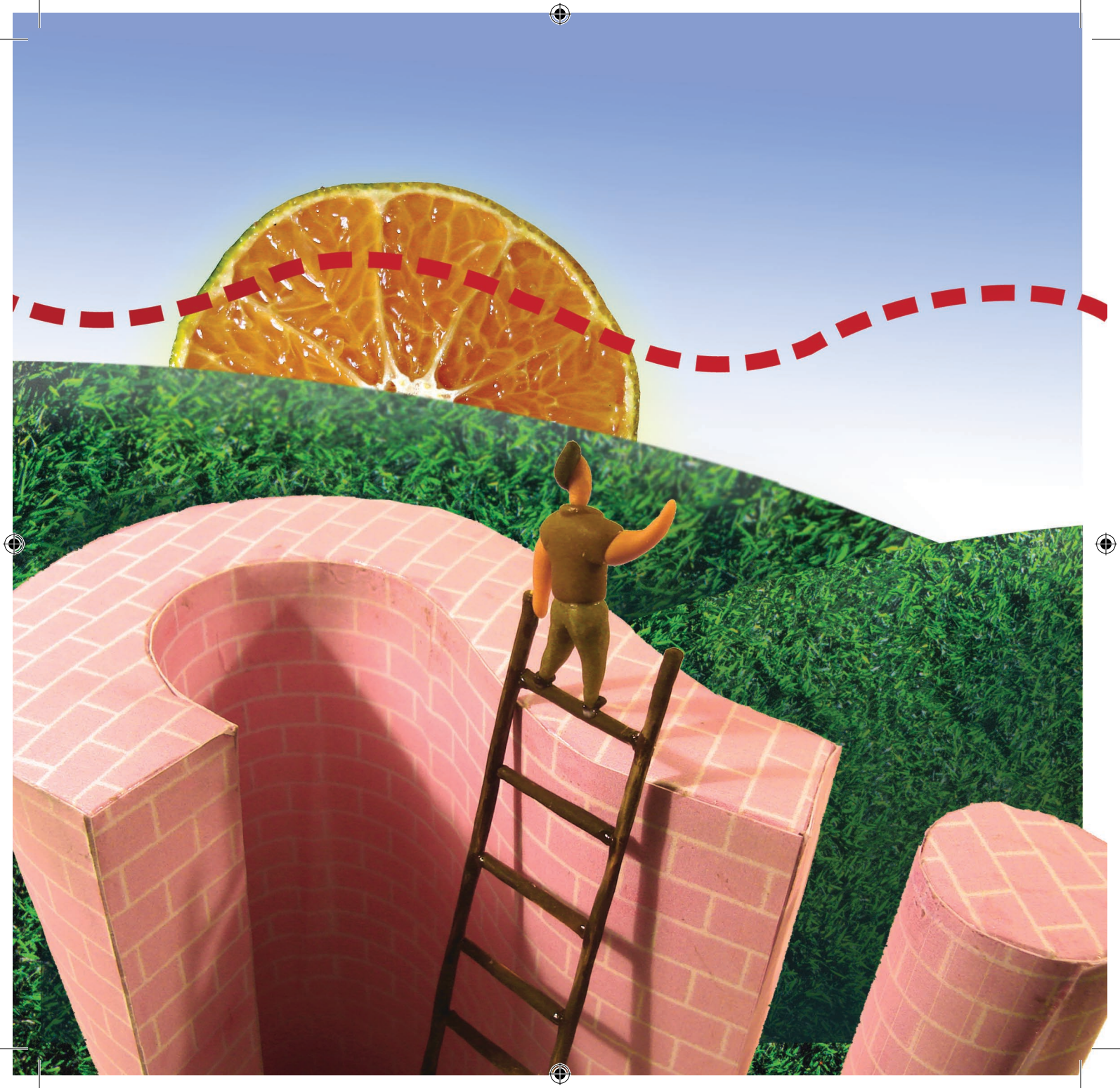
- 39** Estratégia Global da OMS
 - Promoção da alimentação saudável, atividade física e saúde

- 41** Bibliografia

- 42** ATAN – Modelo de Portaria

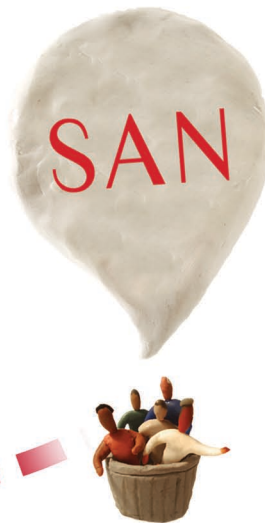
- 44** Referências





Planejamento em SAN

Subsídio para a atuação do nutricionista



Considerando que as ações de alimentação e nutrição perpassam diferentes setores e instituições nos três níveis de governo, faz-se necessária a elaboração de um planejamento de políticas e programas. O processo parte da definição da equipe que desenvolverá o planejamento que, de forma conjunta, identificará os programas e ações a serem implementados. Vale ressaltar a importância de incluir a participação da comunidade, que será usuária destes programas, através dos CONSEA municipais e grupos organizados, como associações e sindicatos. Mais ainda, esta aproximação entre a comunidade (lideranças locais, organizações sociais, participantes dos conselhos existentes) e os técnicos que atuam no nível central de governo (secretarias municipais) e nível local (rede de saúde, rede ensino etc.) é um processo muito rico, que contribui também para reduzir os problemas e conflitos que podem ocorrer na implementação das ações.

Planejar é preparar bem cada ação, num conjunto de atividades interdependentes; acompanhar seu desenvolvimento; confirmar ou corrigir o que for necessário ao longo deste acompanhamento. (Ferreira, 1983)

O nutricionista deve estar inserido em todas as etapas do processo de Segurança Alimentar e Nutricional: elaboração, implementação, monitoramento e avaliação da política de SAN.



O planejamento de SAN no município compreende o estabelecimento de objetivos, metas e prazos. As ações são formuladas a partir de um diagnóstico técnico e de uma avaliação dos recursos disponíveis (inclusive políticos).

Algumas perguntas básicas podem servir como norte:

QUEM são aqueles que se encontram em Insegurança Alimentar e Nutricional, ou vulneráveis à Insegurança Alimentar e Nutricional?

ONDE se localizam as populações que estão em Insegurança Alimentar ou vulneráveis à Insegurança Alimentar?

POR QUE estas pessoas sofrem de Insegurança Alimentar ou são vulneráveis?

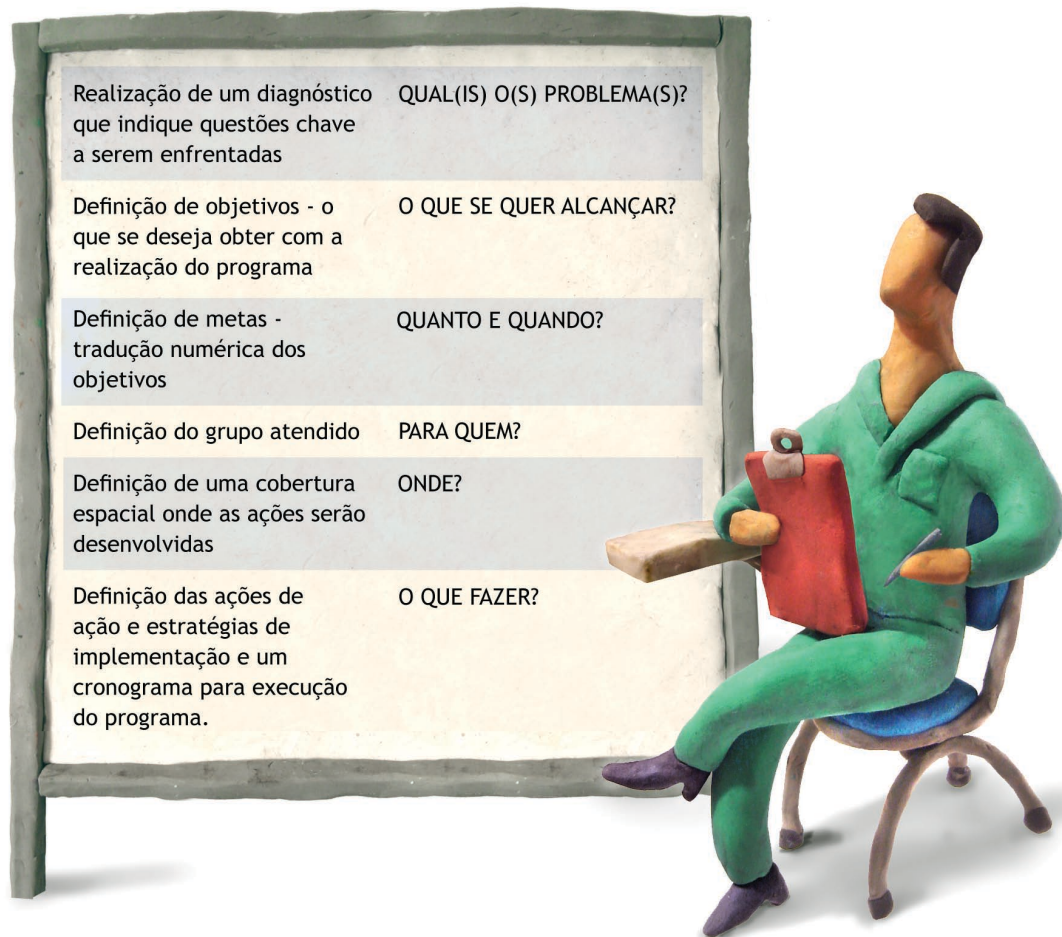
O QUE precisa ser feito para reduzir/eliminar sua insegurança alimentar/vulnerabilidade?

Para responder às perguntas acima, o diagnóstico – ou seja, as informações que coletamos sobre a situação de SAN – deve possibilitar: a identificação dos principais problemas de insegurança alimentar e nutricional do município; os grupos em situação de maior risco para cada problema (quem são? onde se localizam?); a análise dos determinantes dos problemas identificados e de suas consequências (por que as pessoas sofrem de insegurança alimentar e nutricional?). A partir desta

análise é possível pensar nas ações para superar os problemas.

De igual modo, o diagnóstico deve incluir o conhecimento sobre os programas e ações que já vêm sendo realizados no município, para reforçar as experiências interessantes e dar continuidade ao que está dando frutos positivos.

Neste processo, devem ser consideradas algumas etapas e componentes gerais, cujo desenvolvimento não segue, necessariamente, uma seqüência lógica:





Como estamos (real)



O que queremos (ideal)



O que fazer (ação)

1ª Etapa: Diagnóstico

O diagnóstico permite identificar os principais problemas de SAN existentes no município, bem como seus determinantes para formular programas e ações capazes de enfrentar e reverter os processos que levam à situação de insegurança alimentar e nutricional.

Sendo assim, o planejamento começa com um levantamento de dados que são importantes para compreender a situação de segurança alimentar e nutricional da população residente no município, incluindo uma análise das variações deste quadro nas diferentes localidades e grupos sociais. Essas informações referem-se à produção, comercialização, acesso, consumo e utilização dos nutrientes. Este quadro ampliado é importante para que possamos pensar em ações que integrem os vários setores que se inserem numa política de SAN. Alguns exemplos de dados e fontes importantes que podemos consultar estão no anexo *Referências* (pág. 44).

Análise de determinantes

Como os problemas na área de alimentação e nutrição são determinados por múltiplos fatores, de ordens distintas, a análise dos determinantes pode ser feita de forma a distinguir diferentes âmbitos, que por sua vez exigirão formas específicas de enfrentamento, conforme descrição a seguir.

Fatores macro estruturais

São as causas básicas, assim chamadas por serem anteriores às demais e por condicionarem todo o processo de constituição dos problemas de insegurança alimentar

e nutricional. Como exemplo podemos citar as políticas e dinâmicas mais amplas da sociedade, que colocam condicionantes mais gerais para os processos, como a política econômica, a política de saúde, a política social e a cultura.

Fatores mediatos

São condicionados pelas causas básicas e se situam em nível intermediário do processo, como o acesso a bens e serviços públicos em geral; emprego e renda; acesso aos alimentos; acesso a redes sociais de apoio; a dinâmica e as relações intra-familiares que condicionam o perfil de utilizações dos recursos e dos alimentos disponíveis.

Fatores imediatos

São as causas mais diretas do problema, como o perfil de consumo alimentar, de atividade física, de doenças e fatores psicológicos.

Este processo de análise ajuda a não atribuímos causas muito gerais aos problemas e contribui para pensarmos no que pode ser feito, por exemplo, em termos de país, município, bairro, comunidade específica e também da família e do indivíduo. Ajuda também a identificar as instituições mais adequadas para interferir em cada um desses níveis: respectivamente, os fóruns internacionais; o poder legislativo; poder judiciário; os conselhos existentes e que definem as políticas; os espaços de controle social e as estratégias de pressão e luta política; a rede de saúde; a rede de ensino; o setor privado; dentre outros.

Embora possa fazer sentido, afirmar que as situações econômica e política do país são as causas da insegurança





alimentar e nutricional não contribui para explicar o problema em toda a sua complexidade e identificar ações possíveis, mesmo num contexto político e econômico adverso. Ações estas que podem ser implementadas nas diversas instituições com as quais trabalhamos, como a escola; a unidade de saúde; o hospital; os estabelecimentos que comercializam alimentos e refeições; dentre outros. Por outro lado, isto não significa que ações voltadas para mudar a política econômica não devam ser implementadas e que os espaços de luta política não devam ser ocupados pelos profissionais de saúde.

2ª Etapa: Objetivos e Ações

Objetivo é o que queremos atingir com nossas ações. Para isto é importante:

- **Definir um plano de ação:** identificar as ações que precisam ser realizadas para enfrentar os problemas; a quem elas se destinam; as atividades necessárias para implementar cada ação; os prazos e recursos necessários; as atribuições de cada instituição envolvida; como as ações serão implementadas; como serão acompanhadas e avaliadas.
- **Definir e distribuir atribuições:** ao definir as possíveis ações, é fundamental identificar as atribuições de todos os parceiros que devem fazer parte do processo de planejamento. Quanto mais participativo, mais adequado à realidade é o planejamento, pois contempla as necessidades de cada grupo. Além disto, mais comprometidos com este processo estarão aqueles que dele participarem. É importante sempre incluir as instituições que vêm desenvolvendo parcerias.

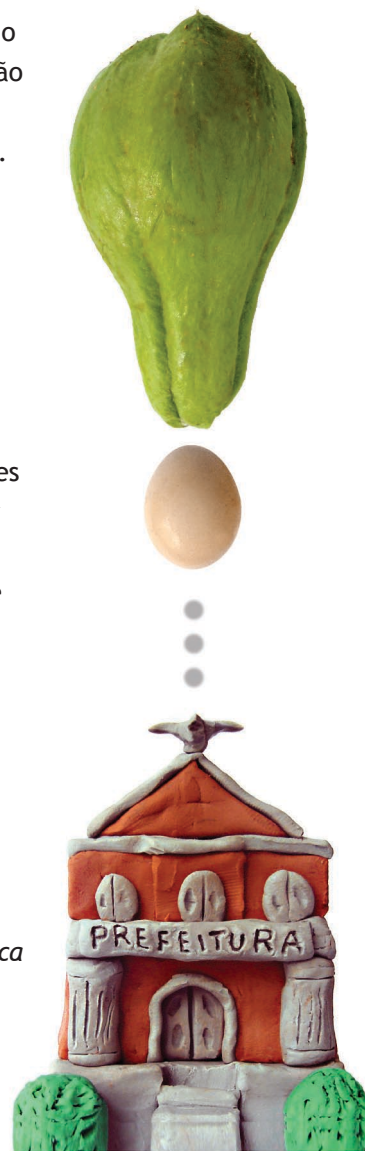
- **Acompanhamento e avaliação:** a avaliação deve fazer parte de todo o processo de planejamento, ao invés de estar presente apenas ao final da implementação das ações. Ela possibilita uma mudança de direção ao longo do caminho, sempre que necessário, de acordo com a realidade (que é dinâmica). Não é possível prever tudo o que pode ocorrer ao longo de um processo de formulação e implementação de ações, pois fatores inesperados sempre ocorrem, por isso o plano deve ser bem flexível.

Plano municipal de SAN

Com base no diagnóstico, são definidos: os objetivos; as metas (que são os objetivos quantificados); o que é necessário fazer para alcançá-las (ações e programas) e os prazos para cumprimento. Eventualmente, diante dos recursos disponíveis, é fundamental que sejam traçadas prioridades. É também importante identificar quais as ações de responsabilidade direta do município e quais devem ser realizadas em parcerias com outros níveis de governo.

As ações e programas vão integrar o plano municipal de SAN e devem ser detalhados de acordo com:

- *O público ao qual se destinam, discriminado quantitativa e qualitativamente;*
- *Os desdobramentos de cada ação em atividades necessárias para realizá-las;*
- *Os responsáveis por cada ação;*
- *Os recursos necessários;*
- *Prazos e metas;*
- *Alguns indicadores de monitoramento e avaliação da política de SAN que deverão ser estabelecidos pelo município.*



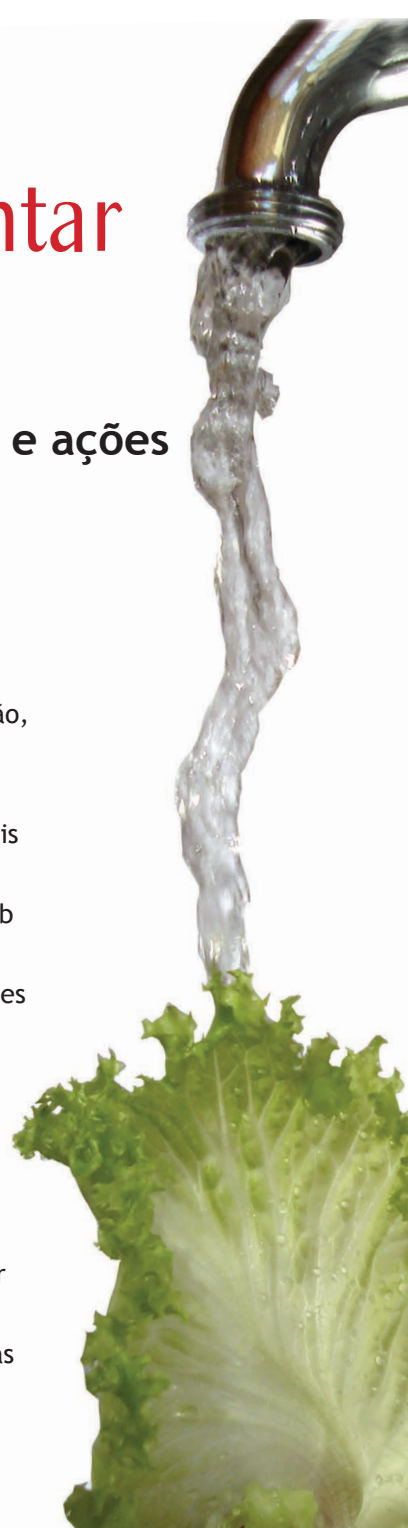


Segurança Alimentar no Brasil

Principais problemas, programas e ações

Embora as dimensões da produção, comercialização, consumo e preparo de alimentos sejam integradas e inseparáveis, vamos analisar, apenas de forma didática, alguns problemas de SAN que se apresentam de forma mais específica em cada uma delas.

Quando pensamos o sistema produtivo de alimentos sob a ótica da saúde e geração de recursos, percebemos que parte dos problemas nestas áreas tem origem nas condições de trabalho no campo e no modelo de produção adotado. Este modelo caracteriza-se pelo uso indiscriminado de produtos químicos no plantio, ou de hormônios na criação de animais, que põe em risco a saúde do trabalhador e do consumidor. As condições sanitárias também interferem na qualidade do alimento – por exemplo, uma lavoura irrigada com água contaminada por coliformes fecais ou uma produção pecuária realizada em condições higiênicas inadequadas e onde não são aplicadas





as vacinas necessárias. Por sua vez, os alimentos processados, como os comercializados em barra ou conserva, podem perder muito de seu valor nutritivo, sendo que geralmente apresentam significativa adição de produtos químicos. É recomendável, portanto, que os programas privilegiem a utilização dos produtos in natura, característicos do município, com a vantagem de resgatar a cultura alimentar local e estimular o consumo de frutas, verduras e legumes, sem o uso de venenos (agrotóxicos).

A análise da tendência do perfil produtivo do país aponta para a redução na disponibilidade geral de cereais e leguminosas e o aumento na disponibilidade de gorduras, açúcar e carne. Ou seja, perde-se em saúde e riqueza. Há que se considerar ainda a produção intensiva, que prioriza um número limitado de espécies mais rentáveis, prejudicando a diversidade cultural e a alimentar.



O que pode ser feito para construir um sistema de produção de alimentos sob a ótica da Segurança Alimentar e Nutricional e do Direito Humano a Alimentação?

Além da função primária de ofertar alimentos, a atividade agrícola contribui, em termos de benefícios ambientais, para a conservação do solo, manejo sustentável dos recursos naturais e preservação da biodiversidade. (Maluf, 2001).

Nesta perspectiva, a formulação de políticas agrárias e agrícolas que incorporem os objetivos da Segurança Alimentar e Nutricional deve seguir algumas diretrizes gerais, tais como:

- Compreender todas as etapas da cadeia agroalimentar de forma integrada (produção, comercialização, abastecimento, consumo);
- Articular-se com as estratégias e políticas macro sociais, explorando todas as possibilidades de contribuição das políticas agrária e agrícola para o crescimento econômico do município;
- Criar instâncias de participação e controle social que possibilitem o acesso dos atores sociais rurais que têm maiores dificuldades para encaminhar suas demandas.



Uma das competências do nutricionista no âmbito da alimentação escolar é desenvolver estratégias de educação em saúde, articulando os planejamentos pedagógico e nutricional, contribuindo assim para a formação de hábitos alimentares saudáveis.

Um dos principais desafios destas políticas é, simultaneamente, aumentar a disponibilidade interna de alimentos, barateá-los e garantir a renda dos pequenos e médios agricultores, além das divisas via exportação. No caso dos municípios brasileiros, é uma estratégia interessante destinar, para o mercado interno, a produção de alimentos da cesta básica e dos produtos que integram os circuitos regionais (arroz, feijão, leite, pão, carne, óleo, açúcar, ovos, macarrão, farinhas de trigo e mandioca, embutidos, pequenos animais, derivados do leite, doces e compotas, frutas e legumes).

Apoiar a agricultura familiar e as agroindústrias regionais de pequeno e médio porte, integrada numa política de planejamento e desenvolvimento territorial, pode também contribuir para o alcance da Segurança Alimentar e Nutricional. Este tipo de apoio diferenciado busca três objetivos principais:

- *Ampliar a agregação de valor aos alimentos e a apropriação destes ganhos por parte dos pequenos e médios produtores;*
- *Induzir à concorrência, na etapa de processamento;*
- *Criar núcleos regionais de desenvolvimento (Maluf, 2001).*

Programas e ações

Por serem estratégias para a Segurança Alimentar e Nutricional, as ações que favorecem a agricultura familiar têm impacto importante, tanto na garantia do direito à alimentação destes segmentos, quanto no desenvolvimento do município. O apoio, em termos de crédito e assistência técnica, é uma medida de grande



repercussão social e ainda pode favorecer questões relacionadas à saúde e agroecologia.

Possibilidades de ações e programas

Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF

Apoio à produção de alimentos, aquisição de equipamentos, implementos agrícolas, materiais de pesca artesanal, para indígenas e quilombolas

Reintrodução de sementes e mudas tradicionais desaparecidas

Apoio ao beneficiamento e comercialização da produção agroextrativista e artesanato indígena

Ações da ATER - Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - PNATER

Programa de Aquisição de Alimentos

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) permite a compra, sem licitação, de produtos da agricultura familiar, destinados à formação de estoques estratégicos e à distribuição para pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, inclusive aquelas atendidas pelos programas sociais locais.

OBJETIVOS

Incentivar a agricultura familiar através da aquisição de produtos agropecuários e sua distribuição para pessoas em situação de insegurança alimentar e/ou a formação de estoques estratégicos.

AÇÕES

Simplificação do processo de aquisição de alimentos para o atendimento aos programas públicos, dispensando algumas regras de licitação.
Garantia do escoamento da produção.



Se você deseja conhecer mais sobre o PAA acesse <http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/alimentoseabastecimento/paa>

Se você deseja conhecer mais sobre o PRONAF. Acesse www.mda.gov.br/portal/saf/programas/pronaf

Se deseja conhecer os programas que vêm sendo implantados pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome acesse www.mds.gov.br

Oferta de alimentos

Outro tipo de ação é o projeto que visa a aumentar a oferta de alimentos – especialmente frutas, verduras e legumes –, por intermédio da implantação de hortas, viveiros, lavouras e pomares comunitários, com utilização de técnicas agroecológicas, gestão com bases associativas e construção de parcerias locais. O governo em geral disponibiliza assistência técnica agrícola e toda produção destina-se ao consumo da população local. O excedente é comercializado, possibilitando a geração de trabalho, a ampliação de renda e a inclusão social.

Hortas Comunitárias

OBJETIVO	AÇÕES
Aumentar a oferta de determinados alimentos - como frutas, verduras e legumes - através da implantação de hortas, viveiros, lavouras e pomares comunitários, em espaços disponíveis nas comunidades, utilizando técnicas agroecológicas e gestão associativa da produção.	O projeto é realizado pela comunidade, com suporte de órgão da administração pública e/ou de entidades de assistência técnica agrícola e a produção destina-se ao autoconsumo, sendo o excedente comercializado.



Escoamento da produção

Garantir o escoamento da produção é uma medida importante. Além das tradicionais práticas de comercialização, há a alternativa de distribuição para a

alimentação escolar, hospitais e entidades beneficentes. O nutricionista pode atuar nesta etapa do processo quando coordena, por exemplo, programas como o da Alimentação Escolar.

Cabe considerar também que alguns segmentos da população vêm sofrendo desigualdade de acesso a bens e serviços públicos em geral, com importante impacto na situação de saúde e nutrição – como os indígenas, quilombolas, população de rua e assentados da reforma agrária. Tornam-se fundamentais, portanto, os programas destinados especialmente a estes segmentos, com o objetivo de ampliar os recursos e condições necessárias ao fortalecimento de sua subsistência autônoma. Além do acesso à terra, a ampliação da oferta dos serviços de saúde e educação é fundamental. De igual modo, cabe adaptar os programas existentes à realidade destes grupos, dado que possuem características sociais e culturais muito específicas.



EM RESUMO:

Os governos municipais podem atuar de diversas formas, no âmbito da produção de alimentos, para o alcance dos princípios e diretrizes de uma política de SAN:

- *Acesso à terra e água;*
- *Acesso ao crédito;*
- *Assistência técnica;*
- *Suporte técnico, financeiro e de infraestrutura para agregação de valor aos produtos;*
- *Garantia de escoamento dos produtos;*
- *Formação.*

Para conhecer a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional acesse o ícone Losan em: www4.planalto.gov.br/consea



Abastecimento, Comercialização e Acesso

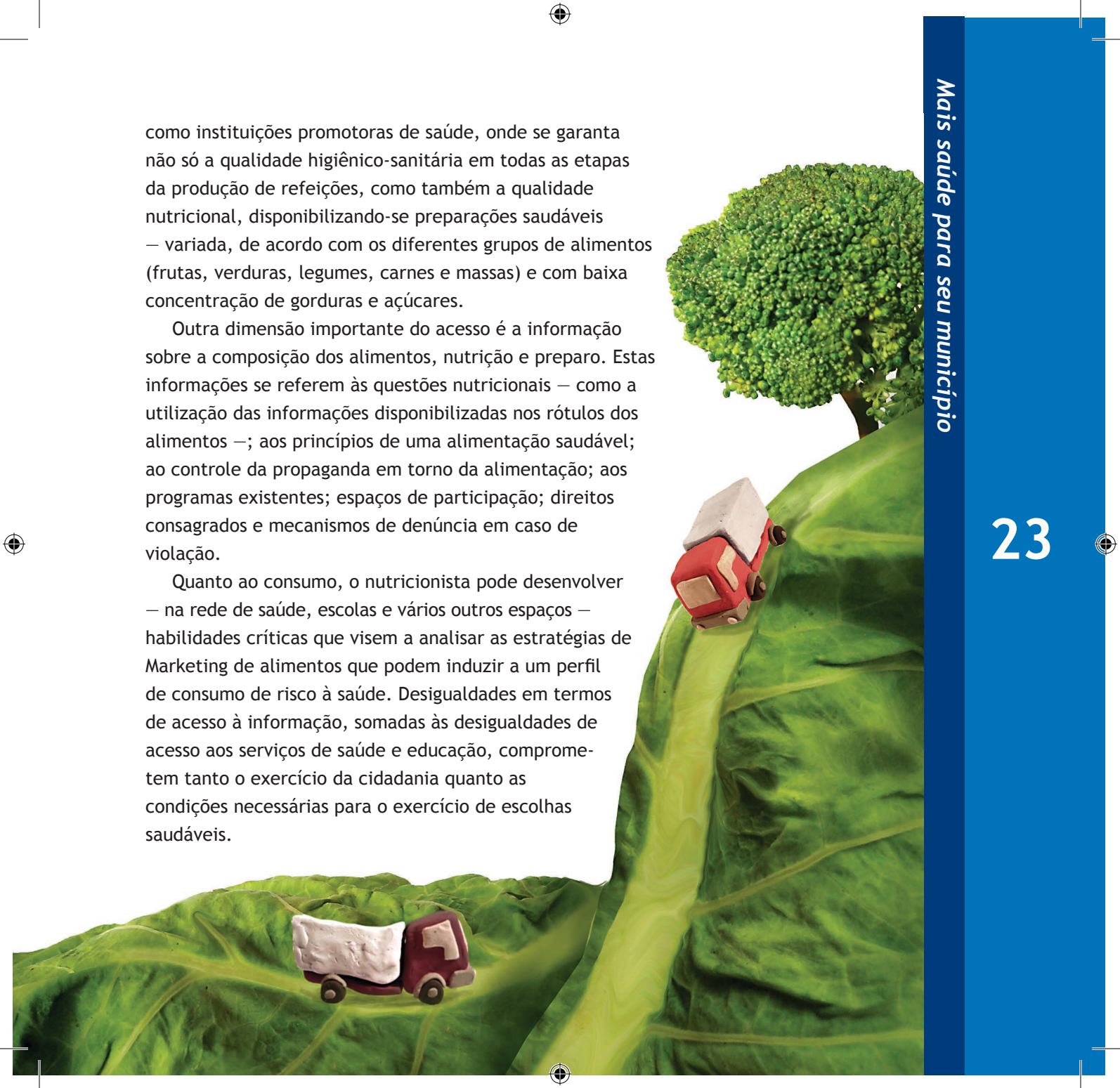
O controle de focos de contaminação nos processos de transporte e armazenagem de alimentos constitui questão chave na ótica sanitária e nutricional. Além disto, considerando que o preço dos alimentos é um fator que determina o consumo, são necessários uma política de regulação de preços voltada para o incentivo de alimentos in natura e o controle dos problemas gerados no processo de abastecimento e comercialização, como as condições de armazenagem e condicionamento dos alimentos e condições das estradas, que geram perdas e desperdícios que acabam por repercutir no aumento de preço dos produtos.

O acesso é uma dimensão fundamental na determinação das práticas alimentares, seja pela questão da renda, seja pelo acesso físico ao alimento – mesmo quando se dispõe da renda, há localidades e situações onde o acesso é comprometido pela não disponibilidade de alimentos ou refeições saudáveis para serem comercializadas. Isto pode ocorrer com grupos que residem em localidades muito afastadas dos locais de comercialização (e que, por vezes, acabam por pagar mais pelos produtos devido à compra parcelada e com juros) ou mesmo quando não se tem acesso a uma refeição saudável nos locais de trabalho e estudo, o que impossibilita as pessoas de exercerem escolhas saudáveis. Por isto é importante conceber os estabelecimentos que comercializam refeições

como instituições promotoras de saúde, onde se garanta não só a qualidade higiênico-sanitária em todas as etapas da produção de refeições, como também a qualidade nutricional, disponibilizando-se preparações saudáveis – variada, de acordo com os diferentes grupos de alimentos (frutas, verduras, legumes, carnes e massas) e com baixa concentração de gorduras e açúcares.

Outra dimensão importante do acesso é a informação sobre a composição dos alimentos, nutrição e preparo. Estas informações se referem às questões nutricionais – como a utilização das informações disponibilizadas nos rótulos dos alimentos –; aos princípios de uma alimentação saudável; ao controle da propaganda em torno da alimentação; aos programas existentes; espaços de participação; direitos consagrados e mecanismos de denúncia em caso de violação.

Quanto ao consumo, o nutricionista pode desenvolver – na rede de saúde, escolas e vários outros espaços – habilidades críticas que visem a analisar as estratégias de Marketing de alimentos que podem induzir a um perfil de consumo de risco à saúde. Desigualdades em termos de acesso à informação, somadas às desigualdades de acesso aos serviços de saúde e educação, comprometem tanto o exercício da cidadania quanto as condições necessárias para o exercício de escolhas saudáveis.



Experiências Municipais

Um dos municípios brasileiros que desenvolveu uma rica experiência na área de abastecimento sob a ótica da Segurança Alimentar e Nutricional foi Belo Horizonte (MG). Neste município, foram implementados seis programas sob responsabilidade do Departamento de Incentivo à Produção de Alimentos Básicos da Secretaria Municipal de Abastecimento. Como aponta Santos (1999:8), os programas buscaram aumentar a disponibilidade de hortifrutigranjeiros e diminuir a distância entre regiões produtoras e consumidoras, evitando a ação de intermediários no processo de comercialização dos alimentos. Esta secretaria passa então a regular e controlar a política de segurança alimentar, articulando a promoção do consumo alimentar, o gerenciamento do abastecimento e o incentivo à produção de alimentos básicos.

São ainda exemplos desta política ações como o Programa Garantia-Safra, cujo objetivo era garantir o escoamento de produtos em época de colheita, e o Programa Direto da Roça, que consistiu na instalação de pontos de comercialização permanentes em locais definidos pela prefeitura.

Observa-se também experiências, em diferentes municípios brasileiros, tais como Bancos de Alimentos e Restaurantes Populares, com importante impacto no acesso a alimentação.



Bancos de Alimentos

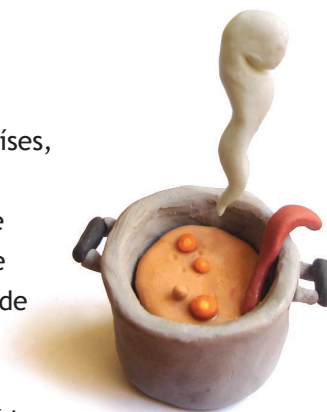
Experiências em programas de Bancos de Alimentos e Colheita Urbana vêm sendo desenvolvidas em diversos países, inclusive no Brasil. Os Bancos de Alimentos ou Colheita Urbana funcionam a partir do recebimento de doações de alimentos provenientes de produtores e comércio locais e em alguns municípios, a partir do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e encaminhamento destes produtos para instituições da sociedade civil, sem fins lucrativos, que produzem e distribuem refeições, gratuitamente, a indivíduos em situação de vulnerabilidade alimentar. O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome destinou parte de seu orçamento para apoiar este tipo de iniciativa em todo o país através de convênios.

Restaurantes populares

O Governo Federal vem apoiando financeiramente a implantação e modernização de restaurantes públicos populares (comercializam refeições prontas, a preços acessíveis), geridos pelo setor público – municipal ou estadual.

O Programa prevê o apoio à construção, reforma e adaptação das instalações prediais; à aquisição de equipamentos, materiais permanentes e de consumo; à capacitação das equipes de trabalho; à formação de profissionais na área de gastronomia; à difusão dos conceitos de educação alimentar e nutricional e sua aplicação.

Para a implantação do programa, pelo governo municipal ou estadual, a cidade deve possuir população urbana acima de cem mil habitantes. Esses estabelecimentos devem funcionar como espaços multiuso (para diversas atividades), com realização de ações de educação alimentar e nutricional, atividades culturais, dentre outras (Brasil, 2005).



Se você desejar conhecer mais sobre restaurantes populares e banco de alimentos acesse www.mds.gov.br e para conhecer o Mesa Brasil SESC, que é uma iniciativa de banco de alimentos e colheita urbana, acesse <http://www.sesc.com.br/mesabrasil/>

Preparo e Consumo

A sociedade atual vem se caracterizando por vários processos que têm impacto nas práticas de preparo e consumo de alimentos. Exemplos disto são a crescente troca de informações, urbanização, mudanças nas relações entre tempo e espaço, valorização de objetivos econômicos, diversificação e exacerbação do consumo, competitividade e individualismo. Estas mudanças têm efeitos na alimentação, motivados pela preferência por uma praticidade ao se alimentar (produtos prontos, de rápido preparo) e por custo, aliado preferencialmente ao sabor. Observa-se ainda uma supervalorização do corpo e da estética como elementos de competitividade, o que pode levar a um exagerado controle do peso. De forma oposta, é comum a compensação psicológica, através da alimentação, para o desgaste resultante do modo de vida moderno, podendo levar aos excessos no consumo.

Quando consideramos as condições e capacidades das famílias e indivíduos na utilização do alimento e no enfrentamento desses determinantes sociais mais amplos, cabe destacar que o processo saúde-doença, o risco nutricional e os cuidados específicos em saúde, de acordo com as diferentes fases do ciclo de vida, afetam diretamente a capacidade produtiva, o acesso, a utilização da renda, bens e serviços públicos em geral, por parte das famílias. Desta forma, programas de atendimento em saúde e nutrição, destinados a estes segmentos, têm importante impacto econômico e social. Incluem-se neste conjunto de ações os programas de complementação de renda, associados a



ações de saúde, e os de suplementação alimentar e combate a carências nutricionais específicas, como desnutrição, anemia, hipovitaminose A e bócio endêmico.

Cabe destacar também que, considerando as diferentes características dos indivíduos e segmentos sociais, medidas de promoção da alimentação saudável devem adequar-se às diversas fases do ciclo de vida e espaços públicos - rede de ensino, saúde, meios de comunicação de massa, indústrias, locais de comercialização de alimentos, organizações sociais e governamentais.

As principais vertentes de ação neste campo situam-se nas dimensões de:

- *Estímulo à adesão aos hábitos alimentares saudáveis e adequados, através da disseminação de informações e atividades educativas;*
- *Apoio que venha a facilitar a adoção de escolhas saudáveis;*
- *Proteção com vistas a evitar a exposição da população a fatores que dificultam opções saudáveis e que possam constituir risco do ponto de vista da Segurança Alimentar e Nutricional.*



Educação alimentar e nutricional

Ações de educação em saúde e nutrição sob a ótica de SAN

Para conhecer a “Iniciativa de Incentivo ao consumo de frutas, legumes e verduras (f, l & v) – uma estratégia para abordagem intersetorial no contexto da Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA - Brasil) acesse <http://189.28.128.100/nutricao/docs/geral/iicflvBr.pdf>

Diante da prevalência crescente de alguns problemas nutricionais, como obesidade, transtornos alimentares (anorexia, bulimia), hipovitaminose A e anemia, as ações de Educação em Saúde e Nutrição vêm ganhando papel cada vez mais relevante. Sob a ótica da Segurança Alimentar e Nutricional, desenvolver ações educativas significa a garantia de condições para que a população exerça sua autonomia decisória e possa efetivamente optar por escolhas mais saudáveis em relação à alimentação. Isto vai além da disseminação de informações sobre os riscos associados a determinadas práticas alimentares, com vistas à adoção de um perfil de consumo mais saudável. Implica em revisões importantes no âmbito da produção e comercialização de alimentos, dos valores sociais e da própria macroestrutura que gera inúmeras desigualdades que afetam o consumo.

Na perspectiva da Segurança Alimentar e Nutricional, a educação deve conduzir a uma compreensão e enfrentamento do processo alimentar e nutricional de forma integrada, considerando todos os seus componentes – produção,



comercialização, acesso, cultura, valores sociais, etc. O acesso à informação é um elemento fundamental do processo educativo, porém não é suficiente. É importante disseminar, através de processos participativos de formação continuada, os princípios da SAN entre os profissionais que atuam neste campo e integrantes dos conselhos de controle social, gestores, setor privado e organizações sociais. É importante também que essa informação abarque um conjunto de questões como: direitos legalmente consagrados; políticas públicas existentes; mecanismos de realização destes direitos; questões nutricionais, princípios de uma alimentação saudável e adequada; composição dos alimentos; utilização das informações disponibilizadas nos rótulos dos alimentos; preços; safra; mecanismos utilizados nas propagandas de alimentos para estimular o consumo (estratégias de Marketing); formas de preparo de alimento; formas de operacionalizar, no dia-a-dia, uma alimentação saudável (gastronomia saudável).

São vários os veículos de comunicação que podem ser utilizados neste processo: programas de rádio e TV, incluindo

Paneleira de Goiabeiras (Espírito Santo) - grupo de mulheres que através de 200 anos vem sustentando as suas famílias e preservando a cultura alimentar através de suas famosas panelas de barro não só no Espírito Santo mas também no exterior para onde são exportadas as peças criadas por elas



Oficina do Pão: grupo de mulheres de Duque de Caxias no segmento da alimentação para eventos, tendo como base o aproveitamento integral de alimentos

dentre outros; Internet.

Reforço da ação comunitária

O desenvolvimento de ações educativas no nível municipal deve atingir também os grupos com menor acesso às condições para o exercício da cidadania alimentar e para o controle sobre os determinantes da saúde (mulheres, indígenas, etnias específicas). Estas ações precisam ser implementadas através de um processo: participativo; adequado à realidade e linguagem de cada grupo; baseado na troca de experiências entre os participantes; voltado para identificar potencialidades locais já existentes, no sentido de reforçá-las. É necessário ainda que sejam identificados os recursos necessários (financeiros, institucionais, políticos) para fortalecer as capacidades locais de forma sustentável e implementar ações voltadas para promoção da alimentação saudável e adequada.

Promoção da Alimentação Saudável e Adequada

Programas públicos destinados aos escolares e trabalhadores

Alguns programas públicos exercem papel importante na formação de hábitos saudáveis, como aqueles destinados aos escolares – Programa Nacional de Alimentação do Escolar (PNAE) – e trabalhadores – Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT). O ambiente escolar e os locais de trabalho são espaços estratégicos de vivência e formação de hábitos, onde os indivíduos passam parte importante de seu tempo e ali necessitam não só suprir necessidades vitais como a alimentação, mas também construir valores. Estes programas possibilitam tanto o acesso a refeições saudáveis quanto a promoção de atividades de educação participativa. Implantar estas ações a partir da abordagem da Segurança Alimentar e Nutricional nos leva a promover uma maior articulação desses programas com as ações no setor produtivo, fortalecendo os pequenos e médios produtores locais, escoando a produção e resgatando a dimensão da cultura alimentar local (frutas, verduras e legumes, alimentos regionais, etc.).



Em 2012 foi publicado o Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional construído a partir da participação de diferentes setores de governo, universidades e instituições da sociedade civil.

UnB: fs.unb.br/opsan/consulta.../Marco_referencia_Textocompleto.pdf

FNDE: www.fnde.gov.br/arquivos/.../116_alimentacao-escolar?...7898...mar...

Participe do espaço virtual criado para troca de experiências e debates em EAN - Ideias na Mesa - <http://www.ideiasnamesa.unb.br>

O FNDE estabeleceu parcerias com universidades públicas criando os CECANE, que são os Centros Colaboradores em Alimentação e Nutrição do Escolar proporcionando maior capilaridade das ações abaixo.

Programas voltados para garantir a Segurança Alimentar e Nutricional no âmbito escolar devem contemplar as seguintes vertentes de ação:

1. Integração entre o planejamento pedagógico e o planejamento nutricional, considerando que a nutrição é um tema transversal do currículo escolar, ministrada em diferentes disciplinas;
2. Discussão do processo de produção de alimentos, comercialização e acesso, integrados com o consumo;
3. Construção de habilidades práticas sobre o tema, através de hortas escolares, cozinhas experimentais, dentre outros;
4. Valorização do momento da refeição como um espaço educativo;
5. Acesso a uma alimentação de qualidade, tanto do ponto de vista sanitário como nutricional, coerente com os princípios de SAN, pertinentes ao currículo e atividades escolares;
6. Desenvolvimento de habilidades críticas para a interpretação das informações sobre alimentação veiculadas em revistas, propagandas, embalagens e rótulos de alimentos;
7. Compra de alimentos no comércio local, que resgate e estimule as culturas alimentares regionais, contribuindo para fortalecer os produtores locais, especialmente pequenos e médios, privilegiando alimentos frescos;
8. Apoio à organização dos pequenos produtores para que possam prover alimentos para a escola e revisar editais de

compra, de modo a estimular a participação dos produtores locais;

9. Formação dos manipuladores de alimentos sob a ótica da SAN.

Hortas escolares

As hortas escolares constituem um espaço com muitas potencialidades para discussão e construção de práticas em torno do tema da Segurança Alimentar e Nutricional. Além de possibilitar a realização de múltiplas atividades didáticas – voltadas para o desenvolvimento de habilidades motoras, lógicas, sensoriais e cognitivas –, permite uma abordagem integrada da dimensão alimentar e nutricional, através da inserção de temas sobre produção, comercialização e consumo.

As várias atividades necessárias para a construção e manutenção da horta – tais como preparação do terreno, plantio, cuidados com a planta, colheita e, posteriormente, a preparação dos alimentos – incluem a formação em conteúdos de matemática, relação com o meio ambiente e ciências, além de noções de crescimento e desenvolvimento, saúde e nutrição.

Cabe lembrar também que o cultivo de determinados alimentos – como frutas, hortaliças, legumes e temperos –, além de ampliar sua oferta na escola, contribuindo para a variedade e o sabor da alimentação, fortalece a familiaridade de todos com estes alimentos, estimula seu consumo e também resgata e cultiva hábitos regionais e locais (CONSEA, 2004).



Orientação alimentar na escola: crianças participam da preparação de uma salda de frutas (C.M.Laura Lombo)

Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional

Monitoramento de dados para o planejamento de intervenções

Se você deseja conhecer mais sobre as ações do Ministério da Saúde e da Coordenação Geral de Alimentação e Nutrição - CGAN acesse <http://nutricao.saude.gov.br/>

O Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional - SISVAN é um instrumento fundamental para o planejamento de uma política de Segurança Alimentar e Nutricional, pois prevê o monitoramento de dados sobre a situação alimentar e nutricional de determinada população, incluindo informações sobre toda a cadeia produtiva: produção, comercialização, acesso, utilização biológica do alimento, estado nutricional e saúde.



O Sistema tem papel fundamental ao antever intervenções concretas nos serviços de saúde, como tratamento diferenciado para o usuário de risco, reestruturação do serviço no sentido de aprimorar a coleta, registro e processamento de dados (Castro, 1996). Os dados produzidos pelo SISVAN podem servir para a formulação de políticas públicas, indicando tendências do quadro alimentar e nutricional da população atendida e dando visibilidade a grupos populacionais de risco. Estes grupos devem ser os usuários prioritários de programas desenvolvidos, não só pelo setor de saúde, como também por outros setores.

Portanto, é fundamental destacar a importância de uma efetiva implantação do SISVAN, uma vez que pode potencializar a articulação entre os setores de governo e fortalecer uma concepção ampliada da questão alimentar, nutricional e de saúde, além de contribuir para direcionar os programas sociais para os grupos mais vulneráveis.



Conheça mais sobre o Boletim do SISVAN acessando o link: <http://nutricao.saude.gov.br/sisvan.php>

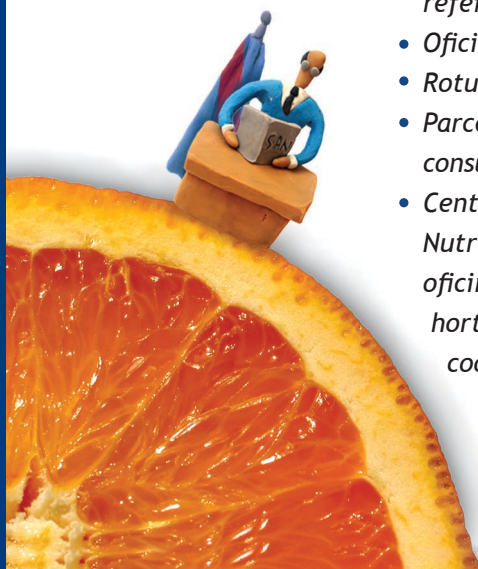


Iniciativas Estaduais e Municipais

Importantes ações no campo da Segurança Alimentar e Nutricional

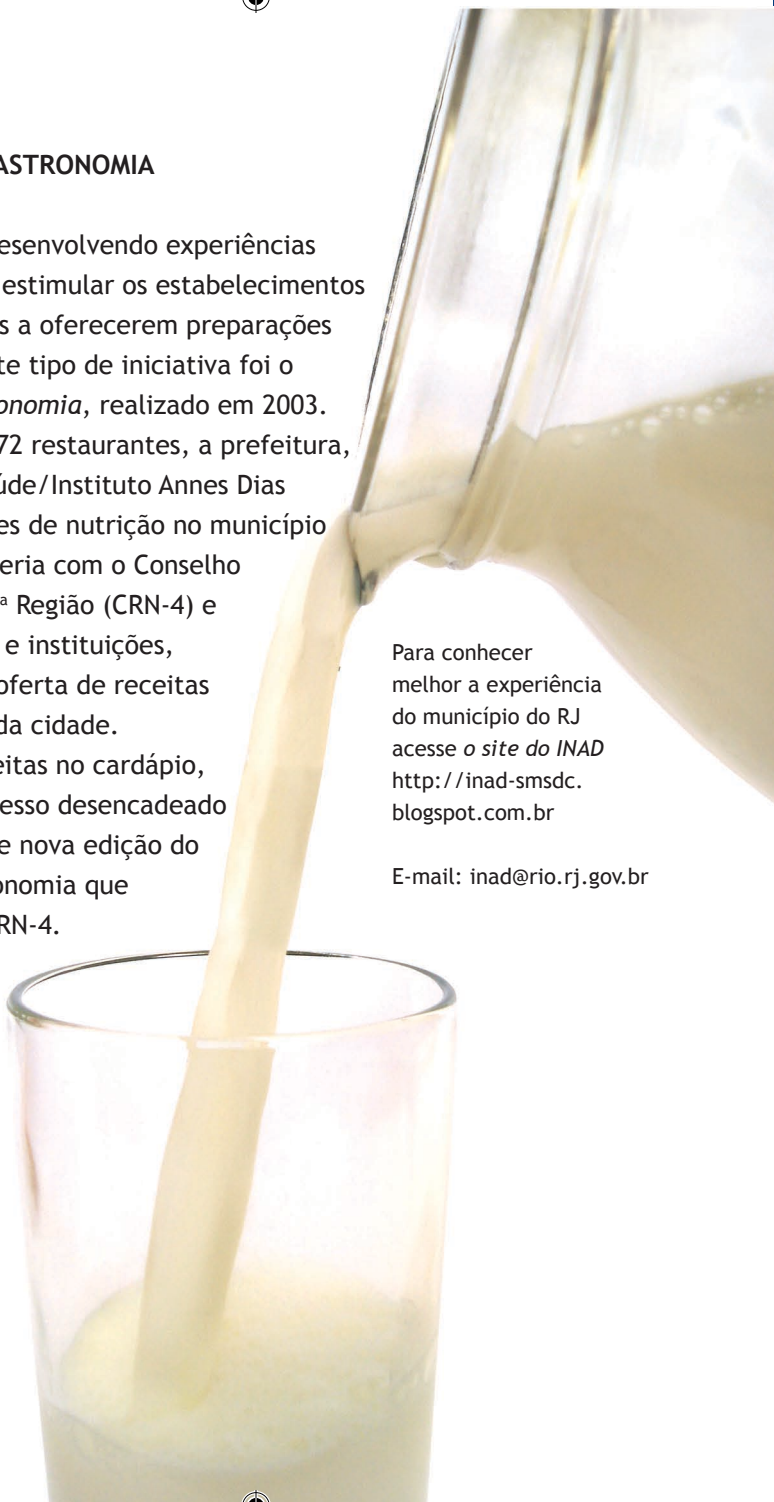
Além dos programas federais implementados no município, alguns governos estaduais e municipais vêm desenvolvendo ações importantes no campo da Segurança Alimentar e Nutricional, tais como:

- *Leis estaduais regulamentando a venda de alimentos em cantinas;*
- *Parcerias com estabelecimentos de comercialização de refeições - iniciativa Gastronomia Saudável (RJ);*
- *Oficinas culinárias (RJ);*
- *Rotulagem Nutricional Alimentos em redes de fast-food;*
- *Parcerias com hortifrutigranjeiros para incentivo ao consumo de frutas e hortaliças;*
- *Centros de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional – espaços para a realização de cursos; oficinas; discussão com o poder público; fomento de hortas comunitárias; geração de renda e cooperativismo; cozinha-escola.*



FESTIVAL RIO SAUDÁVEL GASTRONOMIA

Alguns municípios vêm desenvolvendo experiências interessantes no sentido de estimular os estabelecimentos que comercializam refeições a oferecerem preparações saudáveis. Um exemplo deste tipo de iniciativa foi o *Festival Rio Saudável Gastronomia*, realizado em 2003. Contando com a adesão de 72 restaurantes, a prefeitura, através da Secretaria de Saúde/Instituto Annes Dias (órgão que coordena as ações de nutrição no município do Rio de Janeiro), em parceria com o Conselho Regional de Nutricionistas-4ª Região (CRN-4) e apoio de diversas entidades e instituições, promoveu um festival para oferta de receitas saudáveis nos restaurantes da cidade. Parte deles manteve as receitas no cardápio, dando continuidade ao processo desencadeado pelo festival. Em 2012 houve nova edição do Festival Rio Saudável Gastronomia que contou com a parceria do CRN-4.



Para conhecer melhor a experiência do município do RJ acesse o site do INAD <http://inad-smsdc.blogspot.com.br>

E-mail: inad@rio.rj.gov.br



Estratégia Global da OMS

Promoção da Alimentação Saudável, Atividade Física e Saúde

A Estratégia Global sobre alimentação, atividade física e saúde, da Organização Mundial de Saúde (WHO, 2003), reúne um conjunto de objetivos, metas e recomendações voltadas à promoção da saúde, nutrição e qualidade de vida da população.

As três prioridades estabelecidas pelo governo brasileiro no contexto da Estratégia Global para Dieta, Atividade Física e Saúde foram:

- *Incentivo ao consumo de legumes, verduras e frutas (L, V&F);*
- *Promoção de alimentação saudável e adequada nas escolas;*
- *Controle de propaganda de alimentos para o público infantil.*

O incentivo ao consumo de frutas, verduras e legumes inclui ações desenvolvidas através do Sistema Único de Saúde, como: promoção da alimentação saudável na atenção básica; incentivo e financiamento para pequenos produtores; campanhas de mídia e apoio técnico à produção e distribuição para reduzir custos das L, V & F. Estas iniciativas devem ser acompanhadas do incentivo ao desenvolvimento de formas de produção agroecológicas e ampliação do acesso a alimentos livres de agrotóxicos.

As ações de regulamentação envolvem a publicidade em alimentos industrializados, principalmente para o público infantil e a comercialização de alimentos em cantinas escolares.



Bibliografia

Castro, I.R.R, 1996 Vigilância Alimentar e Nutricional: limitações e interfaces com a rede de saúde. Rio de Janeiro: Ed Fiocruz.

BRASIL/ ONU, 2005. Estudo de Caso brasileiro preparatório para a 32ª Sessão do Comitê de Nutrição da ONU. Brasília, 2005.

CONSEA. A construção de uma política de Segurança Alimentar e Nutricional. II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Textos Base. Brasília: CONSEA, 2004.

Ferreira, F.W. Planejamento Sim e Não. Paz e Terra, 1983. 7 Edição.

Maluf. R. Políticas agrícolas e de desenvolvimento rural e a segurança alimentar. IN Políticas públicas e Agricultura no Brasil. (Leite, S, org) Porto Alegre: Editora da Universidade, 2001.

Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Política Nacional de Alimentação e Nutrição (Portaria Ministerial n.º. 710 de 10 de junho de 1999) publicada no DOU em 11/06/1999, atualizada pela Portaria GM/MS - Nº 2715, de 17 de novembro de 2011.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Obesity: preventing and managing the global epidemic: report of a WHO consultation on Obesity. Geneva, 1998. _____. Diet, nutrition and the prevention of chronic diseases. Geneva, 2003. (WHO Technical Report Series, n. 916).

Valente, F. Direito Humano à alimentação: desafios e conquistas. São Paulo: Cortez, 2002.

Pastoral da Criança. Construindo caminhos para a Segurança Alimentar na comunidade. Uma estratégia de Planejamento Participativo. 1ª edição. Curitiba, 2000.

ATAN

Modelo de portaria

Portaria N° ____ de ____/____/____

Cria a Área Técnica de Alimentação e Nutrição junto à Saúde Coletiva e toma outras Providências.

O Secretário Municipal de Saúde no uso de suas atribuições legais considerando

Que a alimentação e a nutrição constituem requisitos básicos para a promoção e a proteção da saúde, possibilitando a afirmação plena do potencial de crescimento e desenvolvimento humano com qualidade de vida e cidadania.

Que os riscos nutricionais, de diferentes categorias e magnitudes permeiam todo o ciclo de vida humana, desde a concepção até a senectude, assumindo diversas configurações epidemiológicas em função do processo saúde/doença de cada população.

Que o monitoramento da situação alimentar e nutricional, com atualização contínua e a análise sistemática de informações concernentes a esta situação, é o suporte para o desenho e o ajuste de programas, produzindo a desejada retroalimentação entre informação, ação e avaliação de resultados.

Que cabe aos gestores do SUS, em suas respectivas áreas de abrangências, promover a implementação e a avaliação desta Política, estabelecendo, para tanto a necessária estrutura organizacional e o processo de articulação com aqueles setores afins.

As diretrizes da Política Nacional de Alimentação e Nutrição promulgada através da Portaria MS nº 710 de 10/06/1999, atualizada através da Portaria GM/MS nº 2715 de 17/11/2011.

Resolve:

Artigo 1º: Criar a Área Técnica de Alimentação e Nutrição, inserida no organograma da Secretaria de Saúde do município.

Artigo 2º: Inserir a Área Técnica de Alimentação e Nutrição, no organograma da Secretaria de Saúde do município.

Artigo 3º: A Área Técnica de Alimentação e Nutrição tem a finalidade de atender às diretrizes da Política Nacional de Alimentação e Nutrição terá como atribuições:

- *Promover mecanismo de consolidação do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional SISVAN no município;*

- Ampliar a abrangência da Vigilância Alimentar e Nutricional em termos técnicos e geográficos, para fins de mapeamento e monitoramento da fome da desnutrição e de outros agravos nutricionais;
- Promover a adoção de práticas e hábitos alimentares saudáveis, mediante a mobilização de diferentes segmentos da sociedade e por intermédio de campanhas de comunicação;
- Definir estratégias de prevenção, intervenção e controle dos distúrbios nutricionais e doenças associadas à alimentação e nutrição;
- Promover a elaboração e ou adequação dos planos, programas, projetos e atividades na área de alimentação e nutrição;
- Participar da elaboração das Políticas Públicas de Segurança Alimentar e Nutricional do município;
- Elaborar e apoiar propostas de estudos e pesquisas estrategicamente importantes para a implementação, avaliação ou reorientação das questões relativas à alimentação e nutrição;
- Promover a capacitação de colaboradores necessários à consecução das ações de alimentação e nutrição;
- Prestar cooperação técnica aos municípios limítrofes na implementação das ações de alimentação e nutrição;
- Coordenar e executar as ações da Política Nacional de Alimentação e

Nutrição em nível local e

- Promover processo de articulação intersetorial e interinstitucional no município, visando à implementação da respectiva Política;
- Promover parcerias com outras instituições e entidades da sociedade civil, envolvidas com o tema de segurança alimentar e nutricional do município;
- Participar de fóruns (CMS, CONSEA, CME, CMAS e outros), relativos à segurança alimentar e nutricional.

Parágrafo único: A Área Técnica de Alimentação e Nutrição será referência, dentro da Secretaria Municipal de Saúde (SMS), nas questões relacionadas à alimentação e nutrição, no âmbito da Saúde Coletiva, devendo seus representantes ser incluídos em programas, grupos de trabalho e demais fóruns de discussão que venham a ser constituídos pela SMS, bem como representar esta Secretaria nos fóruns de Estado junto a outras instâncias, públicas e privadas, quando necessário.

Artigo 4º: A coordenação da Área Técnica de Alimentação e Nutrição deverá ser preferencialmente exercida por um profissional nutricionista.

Artigo 5º: Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Referências

ÓRGÃOS OFICIAIS, DE CLASSE E ORGANIZAÇÕES CIENTÍFICAS

CFN	www.cfn.org.br
Associação Brasileira de Nutrição - ASBRAN	www.asbran.org.br
Associação Médica Brasileira	www.amb.org.br
Governo do Brasil	www.brasil.gov.br
Ministério da Saúde	www.saude.gov.br
CGAN	www.nutricao.saude.gov.br
Fundação Nacional de Saúde	www.funasa.gov.br
DATASUS	www.datasus.gov.br/datasus.htm
IBGE	www.ibge.gov.br
Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco)	www.abrasco.org.br
PAHO/OPS	www.paho.org
OMS	www.who.org
Center for Disease Control (CDC, USA)	www.cdc.gov
Portal da CAPES	www.periodicos.capes.gov.br
Consensos Médicos	www.consensos.med.br
OPSAN / Universidade de Brasília	http://fs.unb.br/opsan
Abrandh	www.abrandh.org.br
FBSSAN	www.fbssan.org.br
MAPA	www.agricultura.gov.br
MEC	www.mec.gov.br

PESQUISA BIBLIOGRÁFICA

NATIONAL LIBRARY OF MEDICINE	www.nlm.nih.gov
MEDLINE/PUBMED	http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed
MEDSCAPE	www.medscape.com

HEALTHGATE	www.healthgate.com
BIREME(LILACS, MEDLINE,CANCERNET, DSICS)	www.bireme.br
SCIELO (revistas nacionais)	www.scielo.br

BIBLIOTECAS

Biblioteca virtual	www.prossiga.cnpq.br
Futura	www.bireme.br/futura/index
FIOCRUZ	www.fiocruz.br
Biblioteca BINAME/CENDIM	www.biname.edu.uy

BIBLIOTECAS VIRTUAIS

Bvs - Bireme	www.bireme.gov
BIBLIOMED	www.bibliomed.com.br
BVS/MS	www.saude.gov.br/bvs

PERIÓDICOS

American Journal of Clinical Nutrition	www.ajcn.org
Journal of American Dietetic Association	www.jada.org
Free Medical Journals	www.freemedicaljournals.com

Para conhecer a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional acesse o ícone Losan em:

www4.planalto.gov.br/consea

Se você deseja conhecer mais sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar acesse:

www.fnde.gov.br

Se deseja conhecer as legislações para a área acesse:

www.cfn.org.br



Sugerimos como atualização e complementação deste documento, a leitura da legislação abaixo relacionada:

- Lei 11.947 de 16 de Junho de 2009
- Resolução Nº 38 de 16 de julho de 2009 do Fundo Nacional Desenvolvimento Escolar (FNDE)
- Decreto Nº 7272 de 25 de agosto de 2010 da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional- PNSAN
- Resolução CFN Nº 465/2010
- Constituição Federal- Emenda Constitucional 64 ao Artigo 6º dos Direitos Sociais que inclui o Direito à Alimentação como um dos direitos sociais.
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS
www.mds.gov.br
- Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA
www.mda.gov.br
- *Decreto Nº 7.794, de 20 de agosto de 2012 que institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - PNAPO*

Autores:

Angelita dos Santos Nascimento (CRN4/90100080)

Elido Bonomo (CRN9/0230)

Luciene Burlandy (CRN4/89100011)

Regina Maria de Vasconcellos C. de Oliveira (CRN4/80100372)

Colaboração: Kátia Cardoso dos Santos (Nutricionista Conselheira do CRN-4 - Gestão 2010-2013 - CRN4/81100885)

Maria Arlette Saddy (Nutricionista Coordenadora Técnica do CRN-4 - CRN4/80100313), Celina Szuchmacher Oliveira (Nutricionista Fiscal do CRN-4 - CRN4/86100175)

Projeto editorial e edição: Cláudia Costa - Assessora de comunicação/CRN-4 (Reg. Mtb. 23453-RJ)

Design gráfico e ilustrações: Carlos D



**SISTEMA CONSELHOS
FEDERAL E REGIONAIS
DE NUTRICIONISTAS**

www.cfn.org.br

SRTVS, Qd. 701 - Ed. Assis Chateaubriand

Bl. II, Sala 406 - Brasília/DF

CEP 70340-000

Tel.: (61)3225-6027

Fax.: (61)3323-7666

e-mail: cfn@cfn.org.br

nutricionista



SISTEMA CONSELHOS FEDERAL E REGIONAIS DE NUTRICIONISTAS

Parceiro do nutricionista
na construção da cidadania



O nutricionista, em sua atuação profissional, vivencia experiências e situações que contribuem significativamente para a melhoria da qualidade de vida e promoção da saúde da população, visto que alimentação e nutrição são temas transversais e imprescindíveis na vida de todo ser humano.